

CULTURA AFRO-BRASILEIRA: A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE ATRAVÉS DE UMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA NA COMUNIDADE CIDADE DE DEUS

SANT'ANNA, Carlos Alberto da Silva

Graduado em Geografia pela Faculdades Integradas Simonsen; Pós-graduado pela Universidade Candido Mendes. professorcarlos.st@gmail.com

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo compartilhar a experiência vivenciada na Escola Municipal Alberto Rangel por intermédio de uma oficina nomeada como "Cultura Afrobrasileira". O objetivo geral foi compreender e valorizar o negro na sociedade. Os objetivos específicos foram pautados em conhecer e reconhecer a cultura afro-brasileira; identificar a arte africana dentro do contexto artístico e cultural e reproduzir a linguagem artística por meio de elementos como dança, desenho, artesanato, escultura, música e pintura. A oficina foi pautada no construtivismo e na ludicidade. O estudo foi desenvolvido por meio da pesquisa exploratória, qualitativa, referência bibliográfica e estudo de campo. O resultado dessa prática pedagógica foi à construção e troca do conhecimento entre todos os atores que participaram das atividades propostas.

PALAVRAS-CHAVE: Sociocultural, Comunidade, Diversidade, Inclusão, Arte.

INTRODUÇÃO

Em seu livro Pedagogia da Indignação Freire (2000) afirma que "a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" (FREIRE, 2000, p.67). Nesse sentido, é perceptível que o docente, mesmo em condições contrários na maioria das vezes, precisa ser um diferencial na vida do seu aluno. Por esse paradigma, nasceu à oficina sobre a cultura afro-brasileira dentro da Escola Municipal Alberto Rangel, localizada em uma comunidade carente no Rio de Janeiro (RJ).

Cardoso (2017) discorre sobre a cultura e história Afro-brasileira e Africana dentro dos currículos escolares. Por essa perspectiva, esse autor acentua que o preconceito gira em torno da religiosidade africana não ser aceita dentro dos círculos sociais e isso é uma consequência de religiosidades fundamentadas em fé diferentes, tais como o cristianismo. Outra critica de Cardoso (2017), que é notório dentro das unidades escolares, diz respeito à ausência dos livros didáticos abordarem o conceito da cultura e da história afro-brasileira, e quando há alguma referência a esse conhecimento esses conteúdos são superficiais e/ou não abordam as características fieis da cultura afro-brasileira e africana. Logo, os negros contribuíram para a "[...] diversidade linguística-cultural e a própria religião [...]" (CARDOSO, 2017, p. 206).

Silva et al. (2005) analisam Paulo Freire pela perspectiva da diversidade e da inclusão. Então, o que esses autores abordam é que a inclusão precisa ser primordial dentro das escolas, uma vez que, a intenção é priorizar o ensino e a aprendizagem do estudante. Para isso, é necessário considerar alguns aspectos da experiência de mundo dos alunos e, para tal é necessário averiguar as heranças culturais. Heranças essas que não podem ser reduzidas apenas as memórias e olhar do branco. (83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br



Portanto, essas foram umas das motivações para desenvolver junto com os alunos a oficina de cultura afro-brasileira, cujo tema era "O negro na sociedade brasileira". Para isso, procurou realizar atividades que demonstrasse a história do negro, suas memórias e as suas representações na sociedade brasileira, interligando essas particularidades com a práxis pedagógica. Dessa maneira, foram consideradas as vivências do aluno, optando por uma metodologia lúdica e baseada no construtivismo. Para Becker (1992) o construtivismo pode ser definido como uma teoria, visto que ele não é encaixado nas concepções de práticas, técnicas ou métodos, pois é por intermédio do construtivismo que pode ser (re) interpretada as mais variadas situações. O construtivismo junto com a ludicidade possibilita que o conhecimento seja construído de forma coletiva, ou seja, pela relação do mundo físico e social, e essa foi uma abordagem escolhida para essa experiência prática.

Desse modo, o objetivo geral foi compreender a valorização da cultura afro-brasileira e africana na sociedade brasileira. Os objetivos específicos giraram em torno de conhecer e reconhecer a cultura afro-brasileira; Identificar a arte africana dentro do contexto artístico e cultural; Reproduzir a linguagem artística por meio de elementos como dança, desenho, artesanato, escultura, música e pintura. Freire (2000) afirma que:

[...] não haveria cultura nem história sem inovação, sem criatividade, sem curiosidade, sem liberdade, sendo exercida ou sem liberdade pela qual, sendo negada, se luta. Não haveria cultura nem história sem risco, assumido ou não, quer dizer, risco de que o sujeito que se corre se acha mais ou menos consciente [...] (FREIRE, 2000, p. 16).

Cardoso (2017) ao historicizar o negro no Brasil sublinha que mesmo depois da abolição da escravatura ainda havia a comercialização do negro e isso intensificou e consolidou a "[...] cultura afro-brasileira revigorada pelos elementos africanos trazidos pelos escravos [...]" (p. 207). Esse panorama proporcionou a construção de novas identidades tanto por parte dos africanos como dos outros cidadãos nascidos no Brasil ou que construíram moradia aqui. "Os laços de parentesco e as associações de trabalho, eram formas pelas quais as comunidades negras iam se estruturando, podendo uma mesma pessoa participar de várias delas. Além dos laços de parentesco, os africanos trouxeram suas religiões de matriz africana para o Brasil" (CARDOSO, 2017, p. 208).

Silva et al. (2005) analisa a exclusão e a inclusão pela óptica de Piaget. Para esses autores tudo que envolve a inclusão/exclusão está sempre sendo modificado em razão de serem atingidas pelas relações que são desenvolvidas em sociedade, e, por isso, em algumas circunstâncias, as posturas de alguns sujeitos são opressoras. Daí o papel do educador estar sempre buscando alternativas para incluir a todos, independente do ambiente que está inserido.

No entanto, esse processo, por ser processo (dinâmico, controverso, dialético) e por ser relativo às condições sócio-político-históricas de um dado contexto, dificulta e confunde a identificação dos grupos de excluídos, que muitas vezes encontram-se camuflados, por uma falsa sensação de não estarem sendo oprimidos, de não estarem sendo excluídos. Melhor dizendo: encontram-se tão identificados com o opressor que confundem-se com este valores semelhantes, senão iguais. Por este motivo, o mero reconhecimento das relações de exclusão/ inclusão não é suficiente: é preciso que o indivíduo se identifique como participante ativo dessa dialética, legitimando-se, assim, como ser criador, promotor e transformador do estado das coisas e dos fato (SILVA et al., 2005, p. 3).

Freire (2000) salienta que o homem não pode deixar de se "[...] abdicar da possibilidade que veio sendo construída, social e historicamente, em nossa experiência existencial de,

(83) 3322.3222



intervindo no mundo, inteligi-lo e, em consequência comunicar o inteligido" (p. 16). Em outras palavras, é extremamente importante que o homem tenha contato com o objeto, ou seja, com a sua história, cultura e raízes. Faz-se necessário conhecer o passado e todo o cenário que caracterize a história de um povo. Nesse sentido, compreende-se a essência de uma população (re) conhecer as marcas impressas que compõe a sua estrutura e a sua biografia.

A escola é laica e por isso é importante que sejam discutidas a diversidade e a inclusão. Nesse panorama, as questões envolvendo os aspectos históricos e sociais precisam ser avaliados e trabalhados dentro do ambiente educacional, e as riquezas da contribuição do negro historicamente não podem ser colocadas em segundo plano. Em vista disso, "é fato, que não se pode desvincular a cultura africana da cultura brasileira, afinal ele se entrelaçam na história do Brasil e de seu povo" (CARDOSO, 2017, p. 213). Portanto, para Freire (1980,apud SILVA et al., 2005) é significativo o compromisso que um povo tem com a sua história, isto é, ao pesquisar sobre suas origens o aluno está analisando, refletindo, investigando e construindo a autonomia e o pensamento critico.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse trabalho é fundamentado na metodologia de pesquisa exploratória. Essa abordagem possibilita trabalhar com técnicas que dão o suporte para selecionar informações importantes no desenvolvimento da investigação. Esse tipo de ferramenta é o alicerce para estudos subsidiados em referência bibliográfica. Gil (2002) descreve esse tipo de pesquisa como um "[...] aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições" (p.42).

Esse estudo também foi pautado na pesquisa qualitativa e de referência bibliográfica. A pesquisa qualitativa diferente da quantitativa não se baseia em números. Já a pesquisa de referência bibliográfica foi composta por obras de autores pertinentes para a temática. Dessa maneira, foram destacados os pontos considerados importantes e registrados na construção desse artigo. Outra ferramenta de pesquisa utilizada foi o estudo de campo. O estudo de campo é mais flexível e não se baseia em dados quantitativos. "Outra distinção é a de que no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação" (GIL, 2008, p. 57).

O estudo de campo foi realizado na Escola Municipal Alberto Rangel que está localizada na Rua José de Arimateia nº. 0, Bairro: Cidade de Deus, Município: Rio de Janeiro / RJ. A unidade escolar oferta o ensino fundamental nos anos finais e a mesma é subordinada a 7ª. Coordenadoria Regional de Educação da Secretaria Municipal de Educação (SME) da prefeitura do Rio de Janeiro (RJ).

Figura 1: Escola Municipal Alberto Rangel









A Escola Municipal Alberto Rangel participa do Ginásio Carioca (GC). O GC é uma iniciativa da SME cuja finalidade é a organização da escola para atender as necessidades dos adolescentes que estão matriculadas nos anos finais do ensino fundamental. Para isso, a proposta consiste em auxiliar os adolescentes considerando suas experiências e bagagens extramuros escolares. Cabe ressaltar que a Escola Municipal Alberto Rangel está situada em uma comunidade carente e tem em suas redondezas um clima complexo, pois o tráfico é constante e contínuo, melhor dizer, é um local acirrado pela violência.

O GC tem sua jornada ampliada e promove uma educação integral, ligando teoria com prática e promovendo experiências. Esse programa está alicerçado em currículo substancial e conta com professores que estejam dispostos a fazer a diferença. Destarte:

Trata-se, então, de um novo modelo de escola, que inova na matriz curricular, na metodologia, no modelo pedagógico e no modelo de gestão, incorporando técnicas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de seus processos, proporcionando um círculo virtuoso da gestão escolar. A inovação no processo de organização da matriz curricular evidenciou-se pela introdução das atividades de projeto de vida, estudo dirigido e atividades eletivas, proporcionando o aperfeiçoamento do ambiente de aprendizagem (SME, 2017, online).

Silva et al. (2005) afirmam que "no campo da Educação, a pesquisa ganha força e novos contornos, à medida que novos objetos de investigação vêem sendo trabalhados na sua historicidade" (p. 4). Então, nasceu o desejo de compartilhar essa experiência com outros colegas professores para que os mesmos se inspirem e verifiquem na prática como o conhecimento é compartilhado e construído dentro da sala de aula.

O GC tem disciplinas denominadas eletivas onde o professor escolhe o tema que deseja trabalhar com os discentes dentro de uma oficina. Tencionando desenvolver nos estudantes a consciência sobre a cultura afro-brasileira, o respeito e a história dos negros dentro da disciplina de geografia, no ano de 2016 ocorreu a oficina "O negro na sociedade brasileira". Para isso foram usadas atividades baseadas na arte e, consequentemente, na ludicidade. Becker (1992) destaca que o construtivismo foge do tradicional, melhor dizer, a escola está embasada em ações



como repetições, decorebas e ensinamentos prontos. O construtivismo possibilita que a escola aja, opere, crie e construa suas bases "[...] a partir da realidade vivida por alunos e professores [...]" (BECKER, 1992, p.3). Então, foram realizadas atividades de artesanato, pintura, debates, dentre outros.

Figura 2: Logo criado para a oficina sobre cultura afro-brasileira



Fonte: O próprio autor



Fonte: O próprio autor

Figura 4: Exposição da oficina





Figura 5:



Fonte: O próprio autor

Silva et al. (2005) afirma que a história esta diretamente ligada as práticas sociais e ao conhecimento da sua cultura. Dessa forma, o entendimento histórico faz toda a diferença dentro da educação básica e esse torna-se um referencial quando agregado a diversidade. "[...] Assim, as fontes de pesquisa se constituem num instrumento de fundamental importância, visto que possibilitam a compreensão da história e sua relação com os objetos de investigação e com o conhecimento que se quer produzir (p. 4). Nesse panorama a oficina foi proveitosa, já que, possibilitou um resgate histórico, da mesma maneira que aconteceu a troca de saberes entre alunos/ alunos e alunos/professores.

Dentro da legislação, no primeiro momento, a Lei nº. 9.9394/96 em seu Art. 26 e parágrafo 1º, 2º e 3º discorre sobre a história e cultura afro-brasileira. Essa parte foi substituída pela Lei nº. 10. 639/2003. A Lei nº. 9.9394/96 estabelecia como obrigatoriedade o estudo sobre a cultura afro-brasileira. Assim como esses podiam ser ministrados de preferência dentro das disciplinas de "Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras" (BRASIL, 1996, online).

A jurisprudência 10.639/2003 "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências" (BRASIL, 2003, online). Nesse panorama, cabe aos professores ressaltarem a importância do negro para a história e cultura do Brasil, tal como valorizar e destacar o negro como sujeito histórico. O mesmo também estipula o dia da consciência negra. Já a Lei nº. 11.645/2008 estabelece como obrigatoriedade a "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (BRASIL, 2008, online). Logo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 10 O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir (83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br



desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 20 Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR) (BRASIL, 2008, online).

Dessa forma, a oficina estava fundamentada nas legislações em vigor e isso resultou em aulas mais dinâmicas e lúdicas. Os alunos se empenharam e contagiaram demonstrando essa alegria através de jograis, corais, poemas e poesias. Aliás, o respeito pelo assunto e pela apresentação dos amigos foi notável.

Figura 6: Apresentação do coral



Fonte: O próprio autor

Figura 7: Apresentação de poesia com a temática negra



Fonte: O próprio autor

Figura 8: Recital de poemas







Figura 9: Respeito pelo tema e pelos colegas de oficina



Fonte: O próprio autor

Figura 10: Professor Carlos Sant'Anna







Por fim, Freire (2000) enfatiza que "a leitura crítica do mundo é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que-fazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade" (p. 21). Nesse ponto de vista, a intenção e os objetivos da oficina foram construir no aluno o conhecimento sobre a sua cultura, sua história e de sua herança genética. Por isso, o conhecimento precisa se a base para uma educação que promova a criticidade, autonomia e criatividade do aluno. Sendo essas as finalidades e suporte para uma educação que prime pela inclusão e pela diversidade nas suas mais variadas esferas.

CONCLUSÕES FINAIS

Toda essa experiência foi fundamental para disseminar na escola uma educação diversificada. Obviamente, que a pluralidade ainda não é um instrumento que está presente em todas as escolas, mas iniciativas como essa oficina são um pontapé inicial para que atividades, incluindo a diversidade e a inclusão, e, consequentemente, a cultura afro-brasileira façam parte do currículo de forma sistemática.

É importante impulsionar um ensino que agregue e realmente trabalhe com a cultura afro-brasileira e com a africana. O Brasil é um país que foi colonizado por diversos povos, e, por isso, não podemos contar a história apenas por uma única perspectiva. É necessário que os alunos conheçam a história por meio dos olhares dos povos que participaram da colonização, seja por livre vontade ou escravizados. Esse é o papel da educação, contar a história realmente como essa aconteceu e valorizar as diversas identidades culturais.







BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº. 10.639**, de 09 de janeiro de 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

BECKER, F. O que é construtivismo? **Revista de Educação AEC**, v. 21, n. 83, 1992, p. 1-8. Disponível em: <

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/301477/mod_resource/content/0/Texto_07.pdf >. Acesso em: 09 ago. 2018

CARDOSO, M. A. Cultura Afro-Brasileira. Revista Eletrônica de Teologia,v. 5, nº. 2, 2017. Disponível em: http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/530/480. Acesso em: 09 ago. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros inscritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIO EDUCA. **Ginásio Carioca**. Disponível em: http://www.rioeduca.net. Acesso em: 09 ago. 2018.

SILVA, A. P. da; ALVES, C. N; SOUSA, L. P. F. de; PAULINO, M. M; SANTOS, M. P. dos. **Paulo freire - pedagogia da diversidade?** Disponível em: < http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/paulo_freire_pedagogia_diversidade.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

